

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Apesar de o Governo estar nos últimos meses do seu mandato, verifica-se uma tentativa obstinada, e muito pouco fundamentada, de vender a totalidade do capital da TAP. De facto, verifica-se que, depois do insucesso da operação de privatização de 2012, o Governo aprovou, recentemente, a alienação de 100% do capital da empresa.

Numa primeira fase, através de uma venda direta de ações representativas de até 66% do capital social da TAP — SGPS S.A., e numa segunda fase, através de uma opção de venda sobre o adquirente na venda direta, de até 34% do capital social da TAP — SGPS, S.A., ou no prazo de seis meses após a extinção da opção de venda, através de uma opção de compra. Ou seja, pretende vender 100% a dois tempos.

Um Governo que não tem em atenção a discordância de todos os Partidos da oposição e da grande maioria da população portuguesa com este procedimento. O que se lamenta e não deixa de surpreender pela arrogância demonstrada. Apesar de este Governo nunca perder uma oportunidade para dinamitar o diálogo político e social.

Um Governo que age sem salvaguardar os interesses estratégicos nacionais e sem atender às propostas alternativas para capitalizar a empresa.

Sem atender às capacidades e competências da TAP e, acima de tudo, aos resultados obtidos nos últimos anos que demonstram uma empresa sustentável desde que resolvido o problema da manutenção no Brasil.

Sem adotar processos transparentes, como o concurso público, em que toda a documentação é conhecida, e preferindo negociações particulares e ajustes diretos. Recorde-se, aliás, que a Comissão Especial de Acompanhamento da tentativa de privatização da TAP, em 2012, fez particulares e relevantes críticas à falta de transparência do processo então realizado.

O Governo não aprendeu nada ou quis continuar por este caminho pouco transparente em que muita da documentação essencial não é conhecida. Mas, por via das dúvidas, anunciou uma mudança na composição da Comissão Especial de Acompanhamento. Certamente porque não gostou dos reparos feitos pela anterior.

Um Governo que não fundamenta adequadamente as suas opções pois constata-se que ainda não apresentou, se é que os tem, os estudos que permitam identificar os benefícios para o País relativamente a formas alternativas de alcançar os mesmos fins.

Importa, por isso, saber se foram realizados esses estudos prévios ao lançamento da privatização, nomeadamente os que permitam identificar os benefícios para o sector público de formas alternativas de alcançar os mesmos fins, os que dizem respeito à clara enunciação dos objetivos da privatização para o setor público e a clara enunciação dos resultados que se pretendem do parceiro privado e as vantagens daí decorrentes, numa perspetiva de análise custo-benefício e de comparador público.

Um Governo que, também, não disponibilizou, até à data, se é que as tem, as avaliações financeiras, prévias e independentes, feitas à TAP. Essenciais para aferir todos os contornos deste processo.

A não existência dos estudos e das avaliações seria um escândalo.

A sua não disponibilização seria muito preocupante e um sinal da falta de transparência de todo o processo de privatização.

Assim sendo, e ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea e) do n.º 1 do art.º 4.º e nos termos do art.º 229º, ambos do Regimento da Assembleia da República, venho, através de V. Exa, requerer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Senhor Ministro da Economia:

1. Que nos sejam remetidas as avaliações financeiras, prévias e independentes, realizadas ao Grupo TAP; e,
2. Que nos sejam remetidos, analogamente, todos os Estudos que suportam a decisão do Governo.

Palácio de São Bento, terça-feira, 3 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

RUI PAULO FIGUEIREDO(PS)